



**CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
**GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE**

**COMISSÃO DE CULTURA**

**REQUERIMENTO N.º                      , DE 2025**  
**(DA. TALÍRIA PETRONE)**

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Cultura para debater a ampliação das Ações Afirmativas no Audiovisual Brasileiro a partir das Empresas Audiovisuais Vocacionadas para a Reparação Histórica.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, e 32, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública na Comissão de Cultura, para debater a ampliação das Ações Afirmativas no Audiovisual Brasileiro a partir das Empresas Audiovisuais Vocacionadas para a Reparação Histórica.

A mesa será composta por:

- Sra. Joelma Gonzaga, representante da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.
- Sr. Alex Braga, Diretor-Presidente da ANCINE – Agência Nacional do Cinema.



- Representante do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.
- Representante da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo (Separ) do Ministério da Igualdade Racial.
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas.
- Sra Viviane Ferreira, pesquisadora, realizadora cinematográfica e empresária, integrante do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual.
- Sra. Tatiana Carvalho Costa, presidente da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro – APAN.
- Sr. Gabriel Martins, representante da produtora audiovisual Filmes de Plástico.
- Sra. Juliana Vicente, representante da produtora audiovisual Preta Portê
- Sra Rosa Miranda, cineasta.
- Sra. Márcia Cândido, representante do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas (GEMAA/UERJ).
- Sr. Erisvan Guajajara, representante da Mídia Indígena.

## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de empresas comprometidas com a reparação histórica em políticas estruturantes do setor audiovisual é fundamental para o fortalecimento da democracia, a ampliação da justiça econômica e a promoção da mobilidade social de grupos historicamente marginalizados. Essas empresas, além de seu compromisso ético e político, apresentam elevado potencial de impacto socioeconômico em seus territórios.

O audiovisual é um dos setores estratégicos discutidos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), no âmbito do programa Nova Indústria Brasil (NIB). A Resolução CE/CNDI/MDIC nº 6, de 29 de outubro de 2024, instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial com a missão de “propor e coordenar ações para o desenvolvimento de capacidades empresariais, produtivas e tecnológicas, alinhadas às missões da NIB”. Nesse contexto, é urgente que a legislação brasileira avance no sentido de ampliar o escopo das Ações Afirmativas, contemplando não apenas indivíduos, mas também agentes econômicos



com potencial transformador em seus territórios, fortalecendo a indústria audiovisual nacional.

As políticas afirmativas implementadas no Brasil desde os anos 2000 promoveram profundas e positivas transformações sociais, como a ampliação do acesso ao ensino superior, a valorização de saberes diversos e o incentivo à pluralidade cultural. Esses avanços representam importantes conquistas democráticas. No entanto, para consolidar e expandir esses progressos, é necessário dar novos passos. A justiça social pressupõe também justiça econômica; por isso, é imperativo que as Ações Afirmativas também incorporem os agentes econômicos como sujeitos de reparação.

Nesse marco, surge o conceito de Empresas Audiovisuais Vocacionadas para a Reparação Histórica — empreendimentos majoritariamente geridos por pessoas negras e/ou indígenas e voltados à produção de narrativas que enfrentem os estereótipos racistas ainda presentes no imaginário social brasileiro. Essas empresas materializam a necessidade incontornável de reparação histórica, inclusive no plano econômico, diante das persistentes consequências do sistema escravocrata e da dizimação das populações negras e indígenas no Brasil.

A inserção dessas empresas em políticas estruturantes no setor audiovisual é urgente. Levantamento realizado pela Cinemateca Negra/NICHO<sup>54</sup> aponta que 83% da produção audiovisual negra ocorreu entre 2010 e 2020. No entanto, esse crescimento não se converteu em impacto econômico proporcional: a maioria das obras são curtas-metragens ou produções de baixo orçamento, com circulação comercial limitada. Dados do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) evidenciam essas desigualdades: embora o FSA movimente cerca de R\$ 1,2 bilhão por ano, a participação de pessoas negras e indígenas em cargos de liderança e com maior remuneração não ultrapassa, em média, 15%. Além disso, mais de 90% dos projetos com orçamento superior a R\$ 5 milhões foram dirigidos e roteirizados por pessoas brancas.

Diante desse cenário, é evidente a necessidade de incluir as Empresas Audiovisuais Vocacionadas para a Reparação Histórica nas políticas públicas voltadas ao setor. A realização de uma Audiência Pública sobre o tema pode ser um passo estratégico para consolidar e aprofundar as Ações Afirmativas, promovendo justiça econômica e fortalecendo o audiovisual como ferramenta de inclusão, diversidade cultural e mobilidade social.



**Talíria Petrone**  
**Deputada Federal - PSOL-RJ**

Apresentação: 06/06/2025 15:18:43.407 - CCULT

**REQ n.26/2025**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253893051200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone

